



Foco no mosquito e no zika vírus

» TANIA ARAÚJO-JORGE

Pesquisadora titular em saúde pública da Fiocruz, consultora do Ministério da Saúde e coordenadora da Área de Ensino na Capes-MEC, foi diretora do Instituto Oswaldo Cruz de 2005 a 2013

A microcefalia, possivelmente associada ao zika vírus, com mais de 3 mil casos notificados e em investigação, implica mobilizar toda a sociedade. O mosquitinho rajado *Aedes aegypti* tem driblado as estratégias contemporâneas de controle e nos exposto a epidemia assustadora, além da febre amarela, da dengue e do novo chikungunya, que limita com intensas dores os movimentos, o trabalho e a vida de quem é acometido.

Mero azar de quem pegou uma ou mais dessas infecções? Não. Epidemia anunciada, campanhas de informação verticais e pouco eficientes, ciência esparsa, mal sistematizada e aproveitada, e pouquíssima consciência coletiva. Mas não se engane o leitor, pensando que seja simples questão de falta de tecnologia de ponta, ou de negligência dos governantes de tal ou qual cidade (ainda que isso ocorra com frequência), ou de esportividade especial da *Aedes*.

Não. O grande potencial de doenças transmitidas pelos *Aedes* é fruto do nosso modelo de desenvolvimento de consumo capitalista, que sustenta fortes determinantes socioeconômicos para que o mosquito sobreviva às estratégias que vêm sendo usadas. Tecnologias serão insuficientes sem alteração nesses determinantes. A doença não acontece simplesmente, ela é produzida ativamente pela sociedade.

Ponto central: se mudança de comportamento não é suficiente para o controle do mosquito, sem ela não há tecnologia que resolva. Praticamente não há mais desinformação a respeito dos criadouros do mosquito, mas os índices de infestação só aumentam. É hora de o país se mobilizar. O *Aedes* não é problema só da saúde pública e das famílias em casa, mas de todos os setores da sociedade.

Os agentes de saúde sozinhos não dão conta do problema. Quando o país, que tem uma das mais avançadas legislações sobre descarte de resíduos sólidos do mundo, passará a ter coleta adequada e constante de lixo? Quando o acesso e o armazenamento de água nas grandes urbes serão regulares e mais iguais? Quando o crescimento urbano será ordenado, gerando ambientes saudáveis nos grandes e médios municípios?

E se as empresas assumissem sua responsabilidade social, conscientizando os consumidores sobre riscos de geração de microcriadouros de *Aedes* em tudo o que possa acumular água? Afinal, vêm da indústria automotiva os pneus; da indústria de eletrodomésticos, geladeiras, bebedouros, ares-refrigerados; da indústria de plásticos, vidros e metais, os recipientes que, descartados, se acumulam nos lixos a céu aberto.

E se a educação brasileira incluisse o conhecimento sobre os mosquitos e outros vetores de importância no país, seu ciclo, seus hábitos e comportamento? As disciplinas e campos multidisciplinares da educação



básica teriam na prevenção e controle do *Aedes* tema de aplicação transversal e interdisciplinar. O assunto seria integrado ao currículo de modo ativo, com pesquisa da educação infantil à universidade. Monitoramento, vigilância, prevenção, consciência sobre os determinantes sociais e promoção de saúde seriam incorporados como ações coletivas, integrando todos os setores da sociedade, não apenas a saúde. A educação tem muito a contribuir.

Para mobilização e combate ao mosquito, a sociedade precisará se apropriar mais dos conhecimentos e das tecnologias sociais e educacionais já produzidas em teses e dissertações. As contribuições disponíveis poderiam ser amplificadas pela integração em escolas, igrejas, clubes e outras tantas redes sociais ao processo de engajamento de todos contra o *Aedes*.

Dez minutos por semana são suficientes para monitorar os ambientes doméstico e

profissional e para evitar o surgimento de criadouros de mosquitos. Esse movimento, lançado pelo Instituto Oswaldo Cruz em 2011, poderia ser visto como amplo convite a todo o Brasil, com as cartelas de checagem de criadouros potenciais sendo usadas por família e por empresa ou organização (<http://www.ioc.fiocruz.br/dengue/folder.pdf>).

A ciência vem estudando muitas estratégias, e é necessário manter e expandir as investigações. Os recentes cortes e ameaças de mais redução nos investimentos em pesquisa deixam os cientistas arrepiados ao pensar nos possíveis atrasos e retrocessos se tais medidas se concretizarem. Para tantas perguntas sem resposta, o Brasil precisa de consciência social e solidária e de ciência — muito boa ciência — assegurada pelos recursos que só o poder público pode mobilizar. Que nossos gestores sejam responsáveis. É o que esperamos.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfabr.com.br

Saúde na sala de espera

Na saúde de uma única pessoa, como de uma população inteira, o mais importante e urgente é o diagnóstico correto — o primeiro e mais eficaz remédio. Na gestão pública, não é diferente. Estratégias e planejamentos racionalizados seguem o caminho apontado pela análise dos problemas, as causas e possíveis medidas profiláticas.

No caso da saúde pública no Distrito Federal, que ao longo dos anos vem acumulando sequência ininterrupta de falhas de toda ordem, chama a atenção a ausência de mecanismos de profilaxia, ações preventivas. A dinâmica das mudanças de governo não deve nem pode servir de pretexto para interrupções desse serviço essencial ao cidadão. Na verdade, a saúde da população começa ainda bem longe dos hospitais, com serviços básicos de ações preventivas, equipes em campos avançados, trabalhando junto das comunidades com o propósito de esclarecer, orientar e instruir o cidadão.

Da reunião entre o governador Rodrigo Rollemberg e os diretores dos 16 hospitais da rede pública do DF, um primeiro diagnóstico dos problemas da área aponta a questão do fator humano como principal e grande causa da situação de caos vivida pelo setor: desorganização das escalas dos profissionais (médicos, enfermeiros e pessoal técnico de apoio), além da má distribuição e da falta de medicamentos, equipamentos e acessórios em geral.

Assim como a comunidade carece de serviços de saúde preventiva, o sistema público de saúde necessita, com urgência, de processo permanente de formação e fiscalização de recursos humanos. A capital do país é a unidade federativa que conta com o maior número de médicos atendendo na rede pública de saúde. São 4,28 profissionais para cada grupo de mil pessoas. São 10.173 médicos, entre especialistas e generalistas, listados na folha de pagamento da Secretaria de Saúde e, teoricamente, à disposição diuturna dos brasilienses.

Apesar do número satisfatório, têm sido frequentes os casos de não atendimento ao cidadão por falta de profissionais ao trabalho. Salta aos olhos da população que, mais do que a escala mal administrada, a presença dos médicos no local de trabalho não é obrigatória. Quem buscou hospitais e postos de saúde durante os feriados de Natal e ano-novo sentiu o problema mais de perto. Mesmo a parcela que tem a sorte de ser atendida reclama da superficialidade no atendimento, que, na maioria das vezes, é feita em minutos, de forma rasa, não raro com desdém e muitas vezes com arrogância.

É comum ver mães com os filhos ardendo em febre aguardando por várias horas pelo atendimento, sem sucesso. Algumas se descontrolam em meio ao desespero. Soube de uma paciente que fez um discurso no Hospital do Gama. Dizia que ninguém que atendia ali estava fazendo favor. Falava em voz alta que trabalhava 14 horas por dia e pagava todos os impostos. O mesmo teria que ocorrer com os profissionais da saúde. Trabalhar e honrar o salário. Todos pensavam o mesmo e mostravam a insatisfação com o desprezo do governo.

O atendimento de má qualidade resulta em diagnóstico errado, com sérios riscos para o paciente. Por qualquer lado que se encare o problema da saúde pública no DF, o diagnóstico aponta a mesma causa: deficiência na gestão dos recursos humanos. A questão aqui não é a escassez de recursos e de espaços físicos adequados, mas de gestão de pessoas.

É bom que se diga que muitos hospitais não fecharam as portas porque a enfermagem e o corpo administrativo fazem de tudo para mantê-los. Há médicos também que se sacrificam com pesadas jornadas mesmo com a falta de respaldo material para cumprir o dever. Nobre o gesto do governador Rodrigo Rollemberg, mas, mais do que gestos, a saúde precisa de gestão.

»» A frase que não foi pronunciada

“Quando é que os petistas vão endireitar?”

Hélio Bicudo, pensando no que acreditava.

No fim

» Está terminando o prazo para apreciar a exposição *Iberê Camargo: um trágico nos trópicos*. Em comemoração ao centenário do pintor, o Centro Cultural Banco do Brasil organizou a mostra, que vai até segunda-feira. A entrada é franca.

»» História de Brasília

Preocupado com a situação política, mesmo assim o deputado trovador Carvalho Sobrinho teve tempo para, com seu fair-play comentar a reunião de ontem da Câmara: “Para prender o Denys / Todos nós desconfiamos / Que já comandou o Ruy Ramos / Um bando de colibris...” (Publicado em 29/8/1961)

Ortodoxos, heterodoxos e o imposto sobre lucros e dividendos

» FERNANDO DE AQUINO FONSECA NETO

Doutor em economia pela UnB e membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon)

Nas análises ortodoxas da crise econômica brasileira, os níveis de gastos públicos, tanto para manter um crescimento sem sustentação em meio à crise internacional de 2008, quanto para ampliar programas que favorecessem a reeleição da presidente, causaram crescimento exagerado da dívida pública. Tal circunstância levaria os agentes a consumir e investir menos em função do que esperam para o futuro — pagar impostos mais elevados, obter recursos com taxas de juros mais altas, absorver perdas inflacionárias com possível monetização da dívida, maior possibilidade de perda de emprego e de vendas. Ao mesmo tempo, as reduções na entrada de recursos externos e a crise política, pela incerteza que traz em relação à política econômica e às possíveis avaliações mais baixas das agências de risco, agravariam mais o quadro. A solução seria o ajuste fiscal: reduzir despesas ou aumentar receitas para controlar a dívida pública e restaurar a confiança dos agentes econômicos na sua sustentabilidade.

Entre os heterodoxos, os que tratam mais diretamente dos problemas macroeconômicos são os keynesianos. Também por isso são suficientes alguns comentários sobre a visão de tal abordagem a respeito da crise econômica. Na atual conjuntura do país, os

keynesianos argumentam que medidas capazes de reduzir a demanda agregada causariam mais retrações no emprego dos recursos, com a correspondente queda de receita fiscal, frustrando essa forma de ajuste e aprofundando ainda mais a crise antes que eventual melhoria na confiança dos agentes possa elevar o nível de atividade econômica. A propósito, os investimentos dependeriam, no fim das contas, de expectativas de demanda e lucratividade, que o próprio ajuste fiscal pode contribuir para piorar.

Qual dessas abordagens apresentaria as melhores soluções para a superação? Dadas as divergências, quem sabe tentar conciliar as prescrições de ambas as abordagens, quais sejam, ajuste fiscal com sustentação da demanda, seja boa alternativa? O Conselho Federal de Economia (Cofecon), em recente Carta Aberta à Presidência da República e ao Congresso Nacional, faz recomendação precisamente nessa direção — reinstaurar o Imposto de Renda (IR) sobre lucros e dividendos distribuídos. Não se trata de mais uma jubiticaba, pois se encontra em vigor em 35 dos 36 países integrantes da OCDE, inexistente apenas na Estônia.

Para elaboração de O capital no século 21, Piketty solicitou à Receita Federal do Brasil (RFB) acesso aos dados recentes de renda e riqueza, sem sucesso. Apenas em 2015 a RFB

veio a divulgá-los, possibilitando análises que deram suporte e propriedade à recomendação do Cofecon. Em particular, estudos dos economistas do Ipea Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair chegaram a resultados eloquentes. Em relação à arrecadação, as estimativas, atualizadas para valores de 2015, são de R\$ 50 bilhões por ano, com alíquota de 15%, como vigente até 1995, e de R\$ 68 bilhões por ano, com a aplicação da tabela de IRPF. Para ter uma ideia da importância, a medida quase cobriria a meta de déficit primário do governo central, de R\$ 51,8 bilhões, apenas com a alíquota de 15%, que ainda tributa abaixo da tabela para IRPF em geral.

Em relação à demanda agregada, a medida teria efeitos bem moderados, pois não incidiria sobre as empresas e seria de pouco impacto sobre o consumo das famílias, uma vez que quase toda a arrecadação do imposto seria concentrada nos muito ricos, que consomem pequena parcela de suas rendas. Enfim, o imposto conciliaria a prescrição ortodoxa, contribuindo decisivamente para o ajuste fiscal, com a keynesiana, de sustentação da demanda agregada. Para ambos, a medida não prejudicaria os investimentos, antes o favoreceria — para os ortodoxos, por propiciar melhoria nas contas públicas, e para os keynesianos, por abrir espaço para incentivá-los.